

JURISPRUDÊNCIA NACIONAL RELEVANTE

- CIVIL -

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 24 de março de 2015](#)

Contrato de troca – Bem imóvel – Forma escrita

A troca é um contrato não tipificado na norma civil, embora se surpreenda a sua inserção no regime de emparcelamento de prédios rústicos – art. 1378.º do Código Civil – e nomeação específica no Código Comercial – art. 480.º; por dever ser qualificado como contrato oneroso aplicam-se as regras do contrato de compra e venda quanto à necessidade de observância de forma escrita, se o contrato recair sobre bens imóveis – art. 939.º do Código Civil;

Assim, a inobservância de forma escrita importará a nulidade do contrato.

A nulidade do contrato de troca não pode ser invocada por um dos contraentes, contra o outro de boa-fé, sob pena de a nulidade dever ser paralisada, por uso abusivo de direito, nomeadamente, por se verificar uma situação de venire contra factum proprium.

- INSOLVÊNCIA -

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 24 de março de 2015](#)

Resolução em benefício da massa insolvente – Impugnação da resolução em benefício da massa insolvente

O legislador contrabalançou, prudentemente, os latos poderes de resolução em benefício da massa insolvente conferidos ao administrador da insolvência, contrapondo-lhes, nos termos do preceituado no art. 125.º do CIRE, o direito de impugnação da resolução, quer pela outra parte (do ato resolvido), quer por iniciativa dos terceiros a quem a resolução seja oponível.

Não há qualquer coincidência ou sobreposição entre o âmbito de previsão e aplicação dos arts. 286.º do CC e 125.º do CIRE: ali, contempla-se o regime legal de arguição e conhecimento da



nulidade de que, eventualmente, enferme um ato jurídico, sempre pressupondo que a correspondente ação seja, nos casos em que são estabelecidos prazos legais da respetiva caducidade, tempestivamente instaurada; aqui, diversamente, estabelece-se um prazo de caducidade, perentório-substantivo, de instauração da ação de impugnação da resolução operada em benefício da massa insolvente, a qual tanto pode visar a impugnação dos fundamentos fácticos da resolução levada a cabo pelo administrador da insolvência, como a impugnação da validade do próprio ato resolutivo por ocorrência de circunstancialismo determinante da respetiva nulidade.

- PENAL -

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 25 de março de 2015](#)

Habeas Corpus – Primeiro-Ministro – Litispendência

O início do prazo de 8 dias, a que se reporta o art. 223.º, n.º 2, do CPP, conta-se a partir do momento

em que os autos são presentes ao Presidente do STJ, ou em quem delegue, para distribuição pelas Secções Criminais, o que no caso ocorreu em 10-03-2015, sendo oportuna a decisão proferida em 18-03-2015, ao que acresce que tal prazo é meramente ordenador.

Nada obsta a que o STJ se pronuncie sobre nulidades, irregularidades ou outras questões, se indispensáveis à boa decisão da providência de habeas corpus. E, portanto, nada impede que, antes da audiência, se se perfilarem fundadas razões formais ou substantivas, que justifiquem a tomada de decisão, em forma sumária, seja o arguido notificado sobre se mantém interesse na providência cautelar instaurada por terceiro, pendendo, em simultâneo, no STJ, providência de habeas corpus com identidade de fundamentos e pedido coincidente.

O direito de qualquer cidadão a instaurar a providência de habeas corpus reconhecido a qualquer terceiro no gozo dos seus direitos políticos, que se reconduzem à sua capacidade eleitoral, repercute como que uma ação popular com previsão constitucional no art. 52.º, n.º 1, da CRP, que alarga a legitimidade processual ativa dos petionantes, estendendo-a a todos os cidadãos. Mas em sede de direito e processo penal vocacionados, prioritariamente, à tutela de valores individuais, radicados na pessoa individual, entre os quais a proteção da liberdade individual, há que opor-lhe limites, impondo-se uma interpretação restritiva da lei, que não cerceia, de modo algum, o seu sentido geral, com ele se compatibilizando inteiramente.

Com efeito, a intervenção de terceiro na providência de habeas corpus está dependente de o cidadão privado da liberdade não poder desencadear a providência, seja porque se mostra mentalmente incapacitado ou se queda por invencível inércia em caso de evidente lesão do direito à liberdade ou se mostre inferiorizado em condições monetárias para constituir defensor, ou ainda porque o defensor constituído não assume a sua defesa em termos eficazes e úteis, antes o prejudica.

O direito de escolha de defensor é um dos direitos que se enquadra no direito de defesa do arguido, assegurado no art. 32.º, n.º 1, da CRP, como ressalta dos arts. 61.º, n.º 1, al. e), e 62.º, do CPP. Nestes termos, a intervenção de terceiro, a intentar habeas corpus, não é curial se, como é o caso, o detido já se mostra assistido por advogado por si constituído, que, melhor do que ninguém, pela confiança que naquele depositará, tanto técnica como pessoal e humanamente, exercerá os direitos e deveres que lhe são confiados.

Acresce que é inaceitável a pendência em simultâneo de dois processos de habeas corpus em que a pretensão e o seu beneficiário, bem como o respetivo fundamento jurídico, são coincidentes,

funcionando a exceção dilatória da litispendência. Nesta medida, está-se também perante um caso de falta de interesse em agir por parte do terceiro proponente do habeas corpus, por carência de direito de quem quer que seja, a acautelar por si, não prossequindo os autos para audiência e não se apreciando o seu mérito, atenta a manifesta impossibilidade superveniente da lide, derivada de uma manifestação livre, espontânea e de incontornável vontade do detido no preciso sentido da falta de utilidade à sua defesa, da providência intentada por terceiro.

- PROCESSO CIVIL -

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 19 de março de 2015

Processo executivo – suspensão da penhora – caução

O n.º 7 do art.751º do CPC não impõe que o executado requeira a substituição da penhora por caução em simultâneo com o requerimento de oposição à penhora. Assim, enquanto estiverem pendentes os embargos de executado, o executado pode requerer a substituição da penhora por caução idónea, sendo que o objetivo do legislador quando passou a permitir essa possibilidade, foi admitir que as penhoras efetuadas fossem substituídas por caução e levantar-se com a sua prestação.

- LABORAL -

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 23 de março de 2015

Contrato de trabalho a termo – Primeiro Emprego – Abuso de direito

O conceito de trabalhador à procura de primeiro emprego pressuposto na hipótese legal da LCCT e dos Códigos do Trabalho de 2003 e 2009 traduz a situação de facto de um trabalhador que ainda não tem uma posição definida no mercado de trabalho por nunca ter sido contratado por tempo indeterminado.

As menções insertas no contrato de trabalho de que o motivo da contratação é encontrar-se o trabalhador “à procura de primeiro emprego” e de o mesmo ter declarado “nunca ter trabalhado por conta de outrem através de contrato de trabalho sem prazo”, representam a realidade

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

- PROPRIEDADE INTELECTUAL -

Lei N.º 26/2015, 14 de abril de 2015

Regula as entidades de gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos, inclusive quanto ao estabelecimento em território nacional e a livre prestação de serviços das entidades previamente estabelecidas noutro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu e revoga a Lei n.º 83/2001, de 3 de agosto.

- TRABALHO -

Lei n.º 28/2015, de 14 de abril de 2015

Consagra a identidade de género no âmbito do direito à igualdade no acesso a emprego e no trabalho, procedendo à oitava alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

- PROCESSO PENAL -

Lei n.º 27/2015, de 14 de abril de 2015

Vigésima segunda alteração ao Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro, primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 299/99, de 4 de agosto, que regulamenta a base de dados da Procuradoria-Geral da República sobre a suspensão provisória de processos crime, nos termos dos artigos 281.º e 282.º do Código de Processo Penal, e quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 317/94, de 24 de dezembro, que organiza o registo individual do condutor.

- ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL -

Lei Orgânica n.º 5/2015, de 10 de abril de 2015

Atribui ao Tribunal Constitucional competência para apreciar e fiscalizar as contas dos grupos parlamentares, procedendo à sexta alteração à Lei n.º 28/82, de 15 de novembro (Organização, funcionamento e processo do Tribunal Constitucional), e à quinta alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho (Financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais).



correspondente à situação de primeiro emprego segundo o conceito jurisprudencialmente acolhido e concretizam suficientemente o motivo justificativo do termo aposto ao contrato de trabalho celebrado.

Incorre em abuso do direito o trabalhador que declara no contrato de trabalho a termo que nunca tinha sido contratado por tempo indeterminado, vindo, posteriormente, a invocar essa falsidade, para passar a trabalhador permanente.

Ainda que o documento contratual tenha sido elaborado pelo empregador com a menção da declaração do trabalhador, o que releva é a subscrição por ambas as partes, passando então a pertencer a ambas as partes a “paternidade” do documento que relata aquela declaração.

Ao abrigo da possibilidade legal de renovação prevista na Lei n.º 3/2012, é possível que o referido contrato a termo, ao atingir o limite máximo de duração assinalado no Código do Trabalho, seja objeto de duas renovações de natureza extraordinária, sendo a primeira por 6 meses e a segunda por 12 meses.